XIV CONGRESSO DA FNAM COM CONCLUSÃO UNÂNIME: "O SNS ESTÁ DOENTE!"

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) reuniu no seu XIV Congresso, em Viana do Castelo, durante os dias 15 e 16 novembro. Sob a presença de mais de uma centena de participantes, foram debatidas e reafirmadas as prioridades estratégicas para a defesa da carreira médica e para a preservação de um SNS público, universal, de qualidade e próximo da população. Num contexto de crescente degradação das condições de trabalho e de forte erosão da profissão médica, a FNAM renova o seu compromisso firme na defesa dos médicos e da população em Portugal e aprovou uma moção, por unanimidade, de adesão à Greve Geral de 11 de dezembro, juntando-se a todos os trabalhadores na defesa dos direitos laborais e de serviços públicos fortes. A FNAM reafirma o seu compromisso de continuar a lutar, com determinação, por condições que permitam que os médicos exerçam a sua profissão com dignidade e por um SNS que responda às necessidades de toda a população. Dependências marcou presença no evento, onde entrevistou a presidente da FNAM, Joana Bordalo e Sá, e Sara Magalhães, médica interna de Doenças Infeciosas e apresenta ainda as principais conclusões do encontro, onde se destacam as prioridades eleitas pela FNAM para o triénio 2026-2028.

JOANA BORDALO E SÁ

Aproveitando o lema do Congresso, de jornalista para médica pergunto-lhe: o SNS está doente?

O SNS está muito doente, mas os médicos e a Federação Nacional dos Médicos, que está aqui reunida hoje, neste nosso XIV Congresso da FNAM, acima de tudo estamos a pensar que futuro queremos para o SNS, porque nós não desistimos do SNS, nós acreditamos no SNS e queremos tornar o SNS um serviço digno para toda a população. Que seja fiel para aquilo que foi criado, que é ser público, universal, geral, acessível, de qualidade e próximo da população. E isso só se faz se nós tivermos os profissionais no SNS e, agora, estamos aqui a falar de condições de trabalho que sejam dignas, de salários justos, para que possamos estar no sítio certo. Mas infelizmente não tem sido esta a escolha política destes nossos ciclos governativos, nomeadamente deste governo de Luís Montenegro e esta ainda ministra Ana Paula Martins, que tem levado o SNS à sua destruição. Seja em termos dos serviços de urgência, sobretudo na área materno-infantil, temos mais de 15% da população sem médico de família, temos atraso nas consultas e nas cirurgias e, portanto, não estão a levar esta governação no sentido de tornar o SNS forte, mas sim no sentido de o destruir. E nós vemos cada vez mais o investimento privado a acontecer todos os dias, com anúncios nesta altura, que já chegaram aos mil milhões de euros no

setor privado, porque sabem que Luís Montenegro lhes vai dar retorno.

Esse é o diagnóstico... e o remédio?

O remédio passa, sem dúvida, por termos médicos pagos de forma justa no seu salário, no seu salário base. Os médicos não querem, nem podem viver à custa de incentivos e de horas extraordinárias, porque têm que ter condições de trabalho que permitam conciliar a sua vida profissional com a sua vida pessoal, familiar, para quererem estar no SNS. E, portanto, o tratamento é apenas um, é termos aquilo que é o maior bem, que são os profissionais, todos, não são apenas os médicos, mas nesta altura sobretudo os médicos, para que regressem ao SNS, que estejam motivados no SNS.

Há Serviço Nacional de Saúde sem os médicos?

Claro que não há e nunca vai haver nenhum robô, até, num tempo em que se fala na inteligência artificial, capaz de substituir, aquilo que é o nosso trabalho, que é um trabalho sério e de uma responsabilidade enorme, e acima de tudo um trabalho que é feito para o bem comum. O nosso Serviço Nacional de Saúde é também um dos pilares da nossa democracia e fator de coesão social, e os médicos querem estar nisto.

Alguma explicação para que os médicos não tenham todos o mesmo horário de trabalho, para que o médico não tenha um domingo para descansar, ou um sábado para estar com a família?

SALÁRIOS JUSTOS

A FNAM exige uma valorização salarial imediata que compense a perda de poder de compra acumulada desde 2012, defendendo que a remuneração deve ser indexada à razão do salário mínimo nacional vigente em 2012 e que seja garantida uma atualização mínima automática, indexada à previsão da taxa de inflação anual, assegurando a manutenção do poder de compra ao longo do tempo.

Isso faz parte da estratégia de desregulamentação do trabalho que os sucessivos governos foram fazendo ao longo dos anos em geral, e este em particular. E, aliás, o que se prevê agora com este pacote laboral que aí vem, é que esta desregulamentação do trabalho ainda possa ficar pior, com a alteração de limites diários da jornada diária de trabalho, com maior precarização dos vínculos; desregulação dos horários sob o pretexto de flexibilização; imposição de banco de horas, estabelecendo com isso o aumento da carga horária; enfraquecimento das condições de proteção na amamentação e na parentalidade, comprometendo direitos essenciais de médicas e médicos com responsabilidades familiares; e erosão dos direitos e da proteção laboral, e, portanto, é algo que nós, a Federação Nacional dos Médicos, diz simplesmente não, e não vai aceitar qualquer retrocesso laboral.

Hoje, a Eugénia Rosa desmascarou aqui as sucessivas mentiras que têm sido veiculadas pela tutela... podemos afirmar hoje que os médicos são trabalhadores precários?

Temos já, hoje em dia, muitos médicos com vínculos precários, como, por exemplo, os prestadores de serviço, que é algo que não devia acontecer, e o que queremos é que estes prestadores de serviço sejam integrados na carreira, porque eles foram empurrados para fora do SNS e, por isso, têm estes vínculos precários. E a solução aqui também passa por, lá está, se tivermos salários justos, condições de trabalho dignas, os médicos vão querer estar no SNS com vínculos estáveis, duradouros, e que olhem para o Serviço Nacional de Saúde numa perspetiva de fazer aí a sua carreira. E é por isso que nós também lutamos.

Uma pergunta algo indelicada: os médicos tarefeiros organizaram-se recentemente numa associação para discutir com a tutela. Afinal de contas, por que não são os sindicatos a resolver este problema?

Os sindicatos médicos defendem os médicos, os trabalhadores, e, portanto, legalmente, um sindicato não pode defender uma entidade patronal. E a verdade é que, para negociar condições de trabalho e salários, são as estruturas sindicais os representantes dos trabalhadores,

DEFESA INTRANSIGENTE DO SNS

A FNAM reafirma a defesa de um SNS público, universal, gratuito e próximo das populações, pilar essencial de equidade e coesão social. A Federação considera inaceitável que a Ministra Ana Paula Martins substitua o conceito de Serviço por Sistema. Esta alteração não é meramente terminológica: fragiliza o papel estruturante do SNS, dilui o setor público e desresponsabiliza o Estado das suas obrigações constitucionais para com os cidadãos.

neste caso, dos trabalhadores médicos, legalmente e juridicamente é assim que se impõe.

Cuidar sem médico é impossível...

Eu diria que não é mesmo possível. Mas cuidar em vários níveis: na prevenção da doença, na promoção da saúde e também no diagnóstico, no melhor tratamento. São vários os patamares onde os médicos são essenciais e também é essencial cuidar de quem cuida.

O lema deste Congresso é que futuro para o SNS... pergunto-lhe: o SNS tem futuro?

Nós acreditamos que o SNS tem futuro. Tem é que haver vontade política para mudar de rumo.

SARA MAGALHÃES

Vamos começar exatamente pelo início da sua intervenção. Os médicos são malandros?

(Risos)... Eu acho que a resposta a essa questão é que não. Acho que isso é o que se está a tentar transparecer atualmente para justificar o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde. E a experiência que eu tenho na minha prática clínica é que nós somos muito dedicados e trabalhamos muitas horas, mas é impossível conseguirmos colmatar aquilo que é a falta de recursos humanos e materiais que atualmente temos enfrentado. E é notório e justificável também o descontentamento que as populações têm vindo a ter nos últimos tempos, porque, de facto, o Serviço Nacional de Saúde tem falhado. Mas essa falha não é culpa dos médicos. Nós não somos parte do problema, mas parte da solução, nós e as populações.

Vivemos num país onde os médicos nem têm o mesmo horário, nem as mesmas condições de trabalho. Porquê?

Sim, isso também é verdade, temos vários regimes de trabalho. Nós, os internos, por exemplo, trabalhamos 40 horas. Na verdade, existem várias realidades, mas poucos são os que cumprem efetivamente as 40 horas,

e acho que também são poucos os que cumprem as 35 horas. Isso é o que está definido, mas acabamos sempre por fazer muito mais do que essas horas, muitas delas não contabilizadas e não pagas por semana. Mas sim, esse é o caminho, ou seja, temos que ter condições semelhantes entre todos os médicos, nomeadamente horários de trabalho iguais, rumo às 35 horas, e temos de garantir a inclusão do internato médico na carreira médica, 4 a 6 anos da nossa vida que, na prática, no final, não contam para nada na nossa progressão.

Podemos afirmar que não há carreira profissional?

Neste momento, a carreira profissional existe... no papel. Claro que, depois, no nosso dia-a-dia, o que vemos

CONDIÇÕES DE TRABALHO DIGNAS

A FNAM alerta para a urgência da revalorização da carreira médica, com a reintegração dos médicos internos; a reposição da jornada semanal de 35 horas; a manutenção da avaliação para a progressão vertical, com concursos concluídos em tempo útil, no máximo em três meses; a garantia da progressão horizontal, de forma automática, através da reposição do regime de diuturnidades trianuais; medidas urgentes para uma agenda de trabalho digna, incluindo prevenção da violência, combate ao assédio e ao burnout, e proteção efetiva da parentalidade.

PACOTE LABORAL REPRESENTA GRAVES RISCOS PARA A CARREIRA

O novo pacote laboral proposto pelo governo de Luís Montenegro representa, de acordo com a FNAM, riscos graves para a carreira médica e para o futuro do SNS, nomeadamente maior precarização dos vínculos, desregulação dos horários sob pretexto de flexibilização, dificuldade acrescida de conciliação entre vida profissional e a pessoal e familiar, enfraquecimento das condições de proteção na amamentação e na parentalidade, comprometendo direitos essenciais das médicas e dos médicos com responsabilidades familiares e erosão dos direitos e da proteção laboral.

são as dificuldades na progressão da carreira. Ou seja, começando mais uma vez pelos médicos internos não integrarem a mesma, até aos colegas mais velhos, onde a progressão, quer para assistente graduado, quer para assistente graduado sénior, é limitada pela abertura insuficiente de vagas e concursos.

Falou ali, e bem, da questão de que os médicos também são pessoas, são seres humanos. Que tempo têm os médicos para dedicar à família? Têm sábados, têm domingos, têm fim de semana? Aquele jornalista chamou-vos malandros, mas julgo que se esqueceu desse pormenor aquando da concretização do seu raciocínio...

Diria que temos muito pouco. A atividade de um médico não se resume à sua parte assistencial, o tempo que de facto passa no hospital a atender doentes. Temos a parte burocrática, para a qual a maior parte de nós não tem horário alocado: preencher relatórios, fazer os tais pedidos de transporte, fazer todos os registos clínicos. Na maior parte das vezes não temos tempo para isso e os doentes depois acabam até por se queixar que passamos muito tempo a olhar para o computador e pouco tempo a olhar para eles e com razão. E temos a parte da formação, atualização de conhecimentos e investigação. É essencial que um médico se mantenha atualizado e, que, se possível, faça investigação em colaboração com outros cientistas. É assim que a ciência anda para a frente e que conseguimos ir inovando. E os médicos têm também que ter um papel muito ativo nisso e para isso é que não temos mesmo tempo nenhum.

E esse acesso à formação profissional, como está?

Pois, a maior parte de nós só tem acesso a essa formação profissional fora de horas, fora do seu horário de trabalho, com muito poucos apoios financeiros por parte dos serviços. Mesmo quando não estamos a trabalhar aos sábados e aos domingos, acabamos por ter que trabalhar de outra forma, para nós mantermos atualizados com o objetivo de sermos bons profissionais e prestarmos bons cuidados de saúde.

Afirmou ali que trabalhar mais não é trabalhar melhor. Essa foi uma crítica dirigida a quem especificamente?

Creio que esta é uma ideia que tem sido muito falada nos últimos tempos, decorrente destas notícias sobre os colegas que são prestadores de serviço. E é uma ideia que nós, médicos jovens, também ouvimos às vezes por parte de alguns médicos mais velhos. Queria reforçar que é uma minoria, porque a maior parte dos colegas mais velhos apoiam a nossa visão e as nossas reivindicações - que para sermos bons médicos não temos de trabalhar muitas horas para além do nosso horário semanal. Ora, o que nós sabemos é que isto nem é uma questão de opinião, é uma questão de evidência científica. Existem vários estudos que demostram o aumento do erro médico com turnos prolongados. Não precisamos de trabalhar muitas horas, o que precisamos é que essas horas em que estamos a trabalhar sejam aproveitadas e apoiadas pelos colegas mais velhos para que nos possam transmitir conhecimento e competências que nós não vamos conseguir adquirir sozinhos por muitos artigos ou livros que estudemos.